

QUANDO FALA DE NÓS, SUJEITOS FORJADOS NA DOR, A LITERATURA TORNA-SE FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA ÀS OPRESSÕES

Resenha da obra: SILVA, Luiza Helena Oliveira da; RAMOS JR., Dornival Venâncio (orgs.). **Contos da Guerra do Araguaia**. Araguaína: Le Coq Editora: EDUFT, 2023, 131p.

Kayla Pachêco Nunes¹

No seio da luta pelos direitos humanos, há três décadas Antônio Candido já dizia que “a nossa época é profundamente bárbara” e que a literatura “é o sonho acordado das civilizações”, ao passo que defende o acesso à literatura como direito humano tão essencial quanto aqueles inerentes à nossa sobrevivência, afinal, “negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade” (Candido 2011, p. 188).

Para resistir contra essa barbárie praticada pelos opressores sobre os oprimidos em toda a história da humanidade, no período de reabertura democrática no Brasil, não por acaso, Candido dedicou-se à defesa da literatura como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, que “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”, pois “humaniza em sentido profundo porque faz viver” (2011, p. 177-178). Por optarmos à filiação discursiva teorizada por Candido, corroboramos com sua definição de literatura como instrumento de tomada de consciência:

Pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (Candido 2011, p. 177)

Para além da fruição estética, por manifestar uma visão de mundo e integrar fonte de conhecimento, é que tomamos as produções literárias que abordam as experiências vivenciadas na Ditadura Militar (1964-1985) na Região Tocantina como objeto de estudo em nossas pesquisas dedicadas à literatura de testemunho e à

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte de Tocantins (PPGLIT/UFNT). Professora da Secretaria da Educação do Estado de Tocantins (SEDUC/TO) e da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz-MA. E-mail: kayla.pacheco@mail.uft.edu.br. ORCID: 0000-0002-8403-0586.

narrativa de resistência, tendo a semiótica discursiva como teoria analítica². Entre tais produções, os textos que recuperam a memória da Guerrilha do Araguaia merecem atenção especial por constituírem parte de nossa identidade como sociedade diretamente afetada pela violência institucional dos anos de chumbo³. Entre 1966 e 1974, a região situada no meio-norte do Brasil, na confluência entre os estados do Pará-Maranhão-Tocantins, esteve sob a mira do poderio bélico do Estado brasileiro. As comunidades situadas às margens dos rios Araguaia e Tocantins tiveram o cotidiano, até então pacato e esquecido pelo poder público, transformado em campo de batalha, a mais sangrenta da história recente do país.

Palco da Guerrilha do Araguaia, os sujeitos que viviam nessa porção de terra em forma de Bico de Papagaio presenciaram o massacre de combatentes das forças guerrilheiras e camponeses. A guerrilha rural tinha o objetivo de resistir à Ditadura e defender a democracia pelo levante popular que partiria da região amazônica em direção aos centros urbanos⁴, mas foi sufocada por mais de cinco mil soldados enviados em comboios para varrer toda a região, instaurando o silêncio como novo contínuo imposto pelo medo.

Pela necessidade de recuperar tais eventos para refletir sobre a dinâmica social do presente e situar-nos no mundo como sujeitos afetados por uma lógica opressora,

² As leituras que contribuem para essa breve análise integram os estudos para pesquisa de Doutorado sobre a Disputa de sentidos sobre a terra, território e a memória da Região Tocantina, realizados no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Também integram os estudos do Grupo de estudos do Sentido do Tocantins – GESTO.

³ Marcando-se 60 anos do golpe militar que instaurou a Ditadura no Brasil (1964-1985), grupos de pesquisa em universidades, institutos, organizações e movimentos sociais ainda reivindicam o direito ao reconhecimento e à memória das vítimas da repressão. “Um estudo inédito realizado pelo pesquisador colaborador da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presos políticos Gilney Viana, 78, aponta que 1.654 camponeses foram mortos ou desapareceram do golpe de 1964 até a promulgação da Constituição, em 1988” (Valente, 2024, sp).

⁴ Entre as lutas populares de resistência à Ditadura Militar, a Guerrilha do Araguaia ganhou maior repercussão, tanto pela duração em combate quanto pelo trágico desfecho com número assustador de mortos e desaparecidos. “O objetivo era estabelecer relações com os camponeses da região e, aos poucos, conscientizá-los da necessidade da luta armada contra o latifúndio e o governo militar. [...] As violações perpetradas por militares não resultaram de excessos ou casos isolados. Ao contrário, elas constituíam o cerne da doutrina, que determinou o comportamento das Forças Armadas na região. Os jovens que lutavam contra a ditadura na Guerrilha do Araguaia foram duramente reprimidos, executados e derrotados em 1975, depois de mais de dois anos resistindo. O crime foi denunciado internacionalmente e condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. O Brasil ainda responde ao cumprimento de Sentença do caso que ficou conhecido como Caso Julia Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Além destes, dezenas de camponeses e indígenas na região sofreram torturas brutais para relatar qualquer informação. Privação de liberdade e de alimentos, destruição de plantações, incêndios de casas, violências e estupros estavam entre as violações contra moradores. [...] Poucos destes crimes foram investigados pelo Estado. (www.memoriasdeditadura.org.br)

como filhos e netos da Ditadura, a literatura serve-nos de fonte para tratar de um tema tão caro à nossa essência de povo do norte, portanto herdeiros dos resquícios da Guerrilha. É essa literatura, que nos convoca a ler a nossa realidade que encontramos em *Contos da Guerra do Araguaia* (2023). Obra que reúne vinte e oito narrativas ficcionais sobre lutas, lendas, dores e traumas vividos no Bico do Papagaio denuncia, na memória coletiva⁵ desse pedaço de Brasil, as marcas da violência estatal contra todos que ousaram opor-se ao regime totalitário a que o país fora submetido durante a Ditadura Militar.

Evento que teve como principal cenário os conflitos travados entre guerrilheiros e as forças armadas na confluência dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, os resquícios desse período sangrento ainda ecoam em nossos dias. Muitos foram os camponeses envolvidos voluntária ou acidentalmente, apenas por serem simpáticos aos ideais progressistas e ou simplesmente por terem alimentado aqueles que se levantaram para a luta armada na floresta. Pela violência exercida nos confrontos e pelo decurso do tempo, poucos são os sobreviventes desse período, mas muitos são os cidadãos que carregam o trauma, daí a necessidade em registrar as narrativas que rememoram tais experiências e que revelam muito sobre nossa região e nosso povo. Afinal, não precisamos ir tão longe para ouvir relatos sobre os personagens anônimos desse episódio. O que não se falou ainda nas salas de aula, já se ouviu pelas ruas sobre os encantados, paulistas, terroristas, guerrilheiros, anjos e heróis do Araguaia.

Considerando nosso campo de atuação, a educação básica no estado do Tocantins, baseamos nossas reflexões em defesa de uma literatura incomodada com os contrastes sociais fundados no contínuo da violência. A partir do disposto no Documento Curricular do Tocantins (2022, p. 15), que estabelece entre as sete competências da área de Linguagens para o Ensino Médio, “compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais

⁵ Para o sociólogo Halbwachs (2006, p. 86-87), a memória coletiva envolve uma dimensão mais ampla que os quadros da historiografia. Para além dos registros formais, resgata os vestígios que possam reconstruir experiências passadas, partindo inclusive de vivências subjetivas para tentar contemplar a complexidade do fazer da memória como experiência de um povo em determinado lugar e tempo: “os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso. A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado.”

de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia”, espera-se que a escola oportunize práticas de leitura que tratem dos contextos sociais nos quais os alunos estão inseridos. Dessa forma, ao abordar a literatura regional, é indispensável que obras dessa natureza cheguem às salas de aula, tanto por retratarem dos aspectos sócio-históricos, mas principalmente pela qualidade estética que apresenta.

Com base nisso, temos na literatura construída em *Contos da Guerra do Araguaia* campo fértil para o exercício de construção do sentido do que foi vivido durante os anos de repressão política no Brasil, em especial em nossa região. Num arranjo discursivo sensível e com a riqueza linguística de quem viu, ouviu e viveu esse drama social, os escritores reunidos nessa obra figurativizam com maestria “os desafios da vida na Amazônia brasileira e a lida com o trabalho no campo, numa das regiões mais esquecidas pelo poder público”, como enfatizam Silva e Venâncio Jr, organizadores da coletânea. “O testemunhal e o ficcional se misturam” nos contos que contrapõem-se ao discurso oficial “que nega o passado, nega a ditadura e sua violência”, convocando o direito à memória sobre o massacre do Araguaia na década de 70 e seus efeitos que perduram até hoje, tanto nos traços de memória de um evento traumático, como na impunidade que ainda impera sobre os opressores das vítimas e seus familiares.

Em termos didáticos, tanto pela extensão dos textos bem como pela diversidade de formas e enredos, temos em *Contos da Guerra do Araguaia*, matéria-prima para propostas de leitura em sala de aula dignas de comparativos com publicações já consagradas pela crítica e tomadas como referencial padrão para o ensino de literatura. Ao ler “o bico do Papagaio pega fogo em armas; parece que o céu está rasgado; ele tinha sobrevivido contra a vontade de todos, de todos, do Governo inclusive; rezando para um Cristo que em breve nasceria sem terra e sem posses, igual aos seus filhos, mas portador de uma divindade esperançosa; as guerrilhas nascem por conta de utopias, e as utopias se justificam pelas deficiências da vida presente”, foi inevitável não lembrar da Aldeia Sagrada, de Francisco Marins; Vidas Secas, de Graciliano Ramos, O quinze, de Rachel de Queiroz; de Triste Fim de

Policarpo Quaresma, de Lima Barreto; até de Carolina Maria de Jesus em seu Quarto de despejo e sua leitura apurada do mundo e da vida dos que estão à margem.

É por acreditar na contribuição de uma leitura empenhada pela humanização dessa sociedade da barbárie, como defendido por Candido (2011, p. 183), que precisamos oportunizar aos alunos, desde os primeiros níveis de escolaridade, o direito a essa literatura engajada socialmente. Uma modalidade de “literatura que visa descrever e tomar posição em face das iniquidades sociais, as mesmas que alimentam o combate pelos direitos humanos” e que resiste perante o silêncio imposto pela censura, que sirva como fomentadora de reflexão e ferramenta para elaborar a memória coletiva de um povo que tem crescido forjado no esquecimento intencional de seu passado recente, mas que precisa conhecer tal passado para (re)conhecer-se como povo.

Nesse teatro de “*verdades escondidas e mentiras reveladas*” como retratado em um dos Contos da Guerra do Araguaia, que a leitura em sala pode torna-se exercício de testemunho, memória e resistência, partindo de um resgate individual, acionado, e validado no tecido social que o indivíduo integra, para caminhar em direção à memória de um grupo, de um povo, do coletivo que forma essa região afetada pela violência do Estado, como no contexto da guerrilha.

Ler esta obra não foi lazer pela fruição estética somente, é uma grande oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os personagens anônimos de um movimento fundamental para a conquista de direitos civis, políticos, e principalmente humanos em nosso país. Sujeitos esses que tiveram seus nomes, rostos, vozes, trajetórias e sonhos enterrados em valas comuns, as covas cristãs tão conhecidas de nosso povo, e que carecem ser lembrados e reconhecidos pelo trabalho de resgate da memória como os verdadeiros heróis da nossa atual democracia. Se “*o que distingue o herói do homem comum: a coragem para enfrentar a morte*”, a leitura dos contos aqui reunidos requer mais que uma visita a cada uma de suas páginas. Diante da “*beleza assustadora*” de cada trecho, imposta pelos comboios que atravessaram as rodovias até então recém-abertas em direção ao norte num episódio por muitos considerado como “história irreal”, esse passeio pela ficção nos aproxima a todo momento dos recortes de uma realidade próxima e familiar.

Perante o medo imposto pela violência do Estado, o tom místico agregado a guerrilheiros e camponeses para destacar a coragem dos sujeitos que sonharam com o fim das opressões no coração do país, dão aos *Contos da Guerra do Araguaia* um tom que se assemelha ao realismo fantástico. Revelam a alegoria necessária para narrar o inarrável diante a crueldade vivida nesse recorte da história. “*Se não se pode manipular a realidade que ao menos a ilusão possa pintar-se com as cores de seu desejo*”, e assim, os autores trazem nos cenários familiares de nosso convívio, traços de memória sobre os dias de luta que não cessaram.

Sabendo que “a memória não pode atualizar o passado, mas, pelo discurso, algo do vivido pode ser quase revivido, tendo em vista os efeitos produzidos pelo dizer” (Silva, 2016, p. 147), oportunizar aos nossos alunos leituras como a de *Contos da Guerra do Araguaia* é abrir caminhos para o fazer da memória como (re)criação de uma experiência sensível. Pelas escolhas linguísticas que implicam o modo de narrar, com suas exaltações e silenciamentos, o texto é nosso ponto de partida e a obra aqui abordada pode ser esse percurso a percorrer o entrecruzamento de fatos e, pelo confronto de narrativas, construir os pontos de convergência e divergência que concorrem para o parecer do sentido do que foi vivido, em direção a esse destino ainda incerto que é o da memória.

A violência ainda perdura, no grito sufocado que ecoa em novos nomes, rostos e vidas que vão sendo ceifados na luta pela terra e pela liberdade. No desejo de resgatar e construir a memória pela palavra, *Contos da Guerra do Araguaia* assume seu papel de resistência e nos permite esse encontro da memória, pela literatura, com nossa essência. Para além de uma estética regionalista, tem acima de tudo o compromisso político de denúncia desse contínuo de violência que não cessou com a reabertura democrática.

Que essa leitura seja propagada em mais espaços de resistência como a das salas de aula, aqui no norte e em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre azul, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

RESISTÊNCIA camponesa e violações de direitos na ditadura. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/resistencia-camponesa-e-graves-violacoes-de-direitos-humanos-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 30 mar 2024.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Memórias da guerrilha: acontecimento e história. *In*: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (Org.). **Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg**. Curitiba: Appris, 2016, p. 141-162.

SILVA, Luiza; RAMOS JR., Darnival Venâncio (orgs.). **Contos da Guerra do Araguaia**. Araguaína: Le Coq Editora: EDUFT, 2023.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Tocantins Etapa Ensino Médio**. Palmas, 2022.

VALENTE, Rubens. **60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura**. 21 mar 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 30 mar 2024.